
***Passos Maia
Energética S.A.***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Passos Maia Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Passos Maia Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Passos Maia Energética S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 18 às demonstrações financeiras, a qual descreve que: (i) como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft ("Grupo"), após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Statkraft Energias Renováveis S.A. ("SKER") e de suas controladas, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada à SKER, e o verificado durante essa investigação foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016. Em 15 de outubro de 2021, a Companhia firmou um acordo de leniência com as autoridades federais para um desses casos denunciados. Além disso, conforme descrito na Nota 18, em 10 de fevereiro de 2023, a Companhia firmou um outro Acordo de Leniência com o poder público do estado de Minas Gerais para um dos casos denunciados e realizou o pagamento de R\$24.073 em multas e ressarcimentos de vantagem indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft.

Passos Maia Energética S.A.

Em relação aos outros casos, no atual estágio, não é possível prever o resultado final; (ii) a SKER, entre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas aos fundos de participação detidos pela Fundação dos Economizadores Federais (FUNCEF) e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF - ANIPA, cujo objetivo é reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF, o que, atualmente, vem sendo classificado com avaliação de risco possível. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 18 de fevereiro de 2022, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Passos Maia Energética S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 13 de março de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

PASSOS MAIA ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	7	6.841	2.100	Fornecedores	11	257	2.908
Contas a receber	8	1.591	3.168	Partes relacionadas	14	274	-
Partes relacionadas	14	317	-	Salários e encargos sociais		47	-
Outros ativos		<u>122</u>	<u>83</u>	Tributos a recolher		91	490
Total do ativo circulante		<u>8.871</u>	<u>5.351</u>	Dividendos a pagar	13.d	2.191	5.964
				Imposto de renda e contribuição social		265	-
				Arrendamentos		136	-
NÃO CIRCULANTE				Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	18	22.928	-
Outros ativos		27	38	Outros passivos		<u>68</u>	<u>290</u>
Imobilizado	9	87.376	89.304	Total do passivo circulante		<u>26.257</u>	<u>9.652</u>
Intangível	10	<u>10.333</u>	<u>10.909</u>				
Total do ativo não circulante		97.736	100.251	NÃO CIRCULANTE			
				Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	18	2.060	2.064
				Arrendamentos		9	-
				Outros passivos		-	<u>103</u>
				Total do passivo não circulante		<u>2.069</u>	<u>2.167</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	13.a	60.617	60.617
				Reserva de capital	13.b	6.619	6.619
				Reservas de lucros	13.c	<u>11.045</u>	<u>26.547</u>
				Total do patrimônio líquido		78.281	93.783
TOTAL DO ATIVO		<u>106.607</u>	<u>105.602</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>106.607</u>	<u>105.602</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSOS MAIA ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
Receita líquida do fornecimento de energia elétrica		45.638	42.760
Receita líquida da prestação de serviços		4	35
RECEITA LÍQUIDA	15	45.642	42.795
Custo do fornecimento de energia elétrica	16.a	(11.009)	(13.535)
LUCRO BRUTO		34.633	29.260
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	16.b	(1.533)	(1.674)
Outras (despesas) receitas		(22.917)	(2.257)
		(24.450)	(3.931)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		10.183	25.329
Receitas financeiras		733	1.059
Despesas financeiras		(37)	(50)
RESULTADO FINANCEIRO	17	696	1.009
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		10.879	26.338
Imposto de renda e contribuição social	12	(1.654)	(1.228)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		9.225	25.110
Lucro do exercício básico e diluído por ação do capital social - R\$		0,345	3,985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSOS MAIA ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	9.225	25.110
Outros componentes do resultado abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>9.225</u>	<u>25.110</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSOS MAIA ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021		65.617	6.619	2.715	22.477	-	97.428
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	25.110	25.110
Redução de capital	13.a	(5.000)	-	-	-	-	(5.000)
Constituição de reserva legal	13.d	-	-	1.256	-	(1.256)	-
Dividendos adicionais distribuídos	13.d	-	-	-	(17.791)	-	(17.791)
Dividendo mínimo obrigatório	13.d	-	-	-	-	(5.964)	(5.964)
Constituição de reserva de retenção de lucros	13.c	-	-	-	17.890	(17.890)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>60.617</u>	<u>6.619</u>	<u>3.971</u>	<u>22.576</u>	<u>-</u>	<u>93.783</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.225	9.225
Constituição de reserva legal	13.d	-	-	461	-	(461)	-
Dividendos adicionais distribuídos	13.d	-	-	-	(22.536)	-	(22.536)
Dividendo mínimo obrigatório	13.d	-	-	-	-	(2.191)	(2.191)
Constituição de reserva de retenção de lucros	13.c	-	-	-	6.573	(6.573)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>60.617</u>	<u>6.619</u>	<u>4.432</u>	<u>6.613</u>	<u>-</u>	<u>78.281</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSOS MAIA ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes dos tributos		10.879	26.338
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:			
Repactuação do risco hidrológico	10	-	(10.439)
Depreciação e amortização	9 e 10	2.554	1.822
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	18	22.924	(992)
Baixa de ativo imobilizado	9	(4)	46
Despesas financeiras sobre arrendamentos		8	20
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		1.577	6.894
Outros ativos		(28)	2.549
Fornecedores		(2.651)	2.303
Imposto e contribuição a pagar		(200)	(401)
Outros passivos		(278)	61
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.597)	(1.228)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais continuadas		<u>33.185</u>	<u>26.973</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	9 e 10	<u>(46)</u>	<u>(890)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		<u>(46)</u>	<u>(890)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Partes relacionadas		(43)	-
Arrendamentos		145	-
Aumento de capital recebido líquido das reduções efetuadas	13.a	-	(5.000)
Dividendos pagos	13.d	<u>(28.500)</u>	<u>(25.000)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(28.398)</u>	<u>(30.000)</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>4.741</u>	<u>(3.917)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	2.100	6.017
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7	6.841	2.100
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>4.741</u>	<u>(3.917)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSOS MAIA ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Passos Maia Energética S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina.

Constituída em 20 de dezembro de 2006, a Companhia é uma sociedade de propósito específico que tem por atividade a construção e exploração comercial de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), com 25,0 MW de potência instalada, localizada no rio Chapecó, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, no Município de Passos Maia, norte do Estado de Santa Catarina.

A autorização para a Companhia estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica foi obtida em 2 de março de 2004 (Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 68) pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de publicação da referida resolução, não sendo requerido qualquer pagamento pelo uso do bem público. Ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Em 3 de junho de 2011, conforme despacho nº 2.363 emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a PCH Passos Maia obteve autorização para alteração do nome do empreendimento para PCH Victor Batista Adami. A aprovação por parte dos acionistas da Companhia ocorreu na AGE de 08 de novembro de 2011.

A Companhia firmou, em 14 de dezembro de 2009, Contrato de Compra e Venda de Energia (CCVE) com a CEMIG Geração e Transmissão S.A. (“CEMIG”), na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), na modalidade de fornecimento de energia elétrica incentivada, sendo a energia contratada de 12,5MW médios por ano, pelo prazo de 14 anos, compreendido entre 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2025.

A Companhia é controlada em conjunto pela Statkraft Energias Renováveis S.A. (“SKER”) e Adami S.A. - Madeiras (“Adami”), ambas detendo 50% das ações do empreendimento cada.

A Companhia analisou os impactos do COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem “impairment” de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso das aplicações financeiras, é ajustado para refletir o valor justo, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 13 de março de 2023.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3. Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de

vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

3.3.1. Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.3.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou ainda realizar o ativo e simultaneamente liquidar o passivo.

3.3.3. "Impairment" de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por "impairment" são incorridas somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por "impairment" é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por "impairment" é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o "impairment" com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por “impairment” diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o “impairment” ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.4. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “hedge”

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, assim como não realizou operações com derivativos financeiros (contratos de “swap”, troca de moedas ou indexadores, contratos futuros, mercado a termo e de opções, entre outros), neste exercício.

3.5. Contas a receber

O saldo de contas a receber corresponde à venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras, contabilizado pelos valores faturados, e recebíveis referentes liquidações do Mercado de Curto Prazo - MCP. A provisão para créditos de realização duvidosa é avaliada levando em consideração as perdas esperadas na realização dos créditos. Na data-base das demonstrações financeiras não havia necessidade de provisão constituída em razão da inexistência de expectativa de perda quanto à realização dos referidos créditos.

3.6. Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado quando das suas obsolescências. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do MCSE (Manual de Contabilidade do Setor Elétrico) da ANEEL, em função do entendimento da administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

3.8. Intangível

Está representado pelos custos correspondentes a aquisição de sistemas de informação, valores de compensações ambientais e ativo regulatório decorrente da extensão da concessão reconhecido no exercício corrente. Os softwares são amortizados pela vida útil esperada pela sua utilização, e as compensações ambientais pelo prazo de autorização da usina.

a) Compensações ambientais

A Compensação Ambiental é um mecanismo financeiro de compensação pelos efeitos de impactos não mitigáveis ocorridos quando da implantação de empreendimentos, e identificados no processo de licenciamento ambiental. Estes recursos são destinados as Unidades de Conservação para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Entende-se que o benefício desta compensação se dá por todo o período de operação da planta independente da liquidação financeira, e que seu valor é mensurado conforme o percentual aplicado ao total de ativo imobilizado (ou seja, de forma confiável), preenchendo assim as prerrogativas para reconhecimento de ativos intangíveis.

3.9. Redução ao valor recuperável

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Em 31 de dezembro de 2022, não há indicação de desvalorização que possa requerer a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

3.10. Fornecedores e saldos a pagar de mercado de curto prazo

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Já as contas a pagar apresentadas como passivo não circulante, são as devidas num prazo maior que 12 meses.

3.11. Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações

atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.12. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produção de energia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança. É provável que benefícios futuros fluirão para a Companhia se critérios específicos tiverem sido atendidos.

O reconhecimento se dá conforme sua garantia física mensal alocada, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN – Sistema Integrado Nacional. Contudo, caso os participantes do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia - não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina, há a aplicação do GSF (“Generation Scalling Factor”), que reduz a garantia física das usinas, e por consequência suas receitas.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de transação e as especificações das operações de venda de energia.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de Lucro Presumido para apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o resultado. Nesse regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas, acrescida das demais receitas auferidas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

3.14. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da Administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

3.15. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada em assembleia de acionistas, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto pelo estatuto social da Companhia.

3.16. Autorização não onerosa

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 2 de março de 2004, a Companhia obteve da ANEEL a autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, não sendo requerido qualquer pagamento pelo uso do bem público (UBP). A Companhia analisou a referida autorização e o contrato de venda de energia firmado com a CEMIG -

Companhia Energética de Minas Gerais e concluiu que os mesmos estão fora do alcance da ICPC 01 - "Contratos de Concessão", sendo aplicados os CPC 27 - "Ativo Imobilizado" e CPC 47 - "Receita de Contrato com Cliente".

3.17. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas pelo IASB especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante.

Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- CPC 26 (R1) (IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) – “Divulgação de políticas contábeis”: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- CPC 23 (IAS 8) – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- CPC 32 (IAS 12) – “Tributos sobre o Lucro”: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Statkraft Brasil, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria da Statkraft Energias Renováveis S.A., acionista responsável pela sua administração. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de juros

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas ao financiamento contratado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco com taxa de câmbio

O risco com taxa de câmbio é oriundo da exposição da Companhia em outras moedas estrangeiras em relação a possíveis perdas decorrentes caso haja desvalorização da moeda Real em relação a elas.

Em 31 de dezembro de 2022, não há transações que representem risco de taxa de câmbio na Companhia.

(iii) Risco de crédito

A Companhia possui contrato de venda de energia com a companhia CEMIG Geração e Transmissão S.A., companhia de capital aberto controlada pelo Estado de Minas Gerais com ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri. A Companhia entende que o risco de crédito é baixo considerando o cliente com qual possui a sua geração negociada.

b) Risco de liquidez

Compreende o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os

compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional.

5. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

A retração de geração hidrelétrica do sistema brasileiro elevou significativamente os pagamentos feitos pelos geradores hidrelétricos no mercado de curto prazo, devido ao agravamento do GSF. Esse fato fez com que as usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE ajuizassem ações judiciais para suspensão dos pagamentos desta natureza. Por conta das liminares favoravelmente concedidas a essas ações judiciais, a Companhia esteve protegida do efeito controverso do MRE, até que tal matéria fosse julgada.

Em 15 de dezembro de 2017, a liminar que protegia a Companhia foi derrubada pela União e o saldo de mercado de curto prazo no montante de R\$11.462 foi liquidado na data de 9 de janeiro de 2018, entretanto sem extinguir a discussão sobre o impacto do GSF às geradoras.

Em 8 de setembro de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.052, que trata do GSF e estabelece o ressarcimento às usinas integrantes do MRE, por meio de extensão de outorga decorrente dos impactos ocasionados pela Geração Térmica Fora da Ordem de Mérito - GFOM, antecipação de garantia física dos empreendimentos estruturantes e pelas restrições de transmissão, criando, assim, as bases para destravar o Mercado de Curto Prazo. Os termos dessa Lei foram regulamentados pela Aneel por meio da REN nº 895/2020.

A Administração da Companhia decidiu aderir ao Acordo e assinar o Contrato (Termo de Aceitação), e renunciando ao direito de novas ações judiciais sobre o GSF.

Em 03 de agosto de 2021 e 14 de setembro de 2021, foram publicadas pela ANEEL, respectivamente, as REH Nº 2.919 e REN Nº 2.931, que homologaram os prazos das extensões calculadas pela CCEE com base na REN Nº 895/20. Resta pendente a oficialização da extensão do prazo de outorga relativo aos efeitos do GSF, mediante alteração da Outorga através de publicação no Diário Oficial da União.

A Companhia recebeu a homologação da ANEEL sobre cálculo do prazo de extensão da concessão fundamentada por lei em 3,81 anos, estendendo o prazo de concessão para dezembro de 2037 (anteriormente março de 2034), conforme mencionado na nota explicativa nº 10.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	31.12.2022	31.12.2021
Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado:		
Caixa e equivalentes de caixa	6.841	2.100
	<u>6.841</u>	<u>2.100</u>
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado:		
Contas a receber	1.591	3.168
Partes relacionadas	317	-
	<u>1.908</u>	<u>3.168</u>

Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado:

Fornecedores	252	2.908
Partes relacionadas	274	-
Dividendos	2.191	5.964
	<u>2.717</u>	<u>8.872</u>

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata conforme segue:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Contas bancárias em moeda funcional	1	1
Aplicações financeiras com liquidez imediata	<u>6.840</u>	<u>2.099</u>
	<u>6.841</u>	<u>2.100</u>

As aplicações financeiras têm rendimento equivalente a 99,00% da variação do CDI em ambos os exercícios, podendo ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

8. CONTAS A RECEBER

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Saldo de mercado de curto prazo	1.591	2.996
Contas a receber com partes relacionadas	<u>-</u>	<u>172</u>
	<u>1.591</u>	<u>3.168</u>

A Companhia avalia a qualidade de crédito de cada um de seus clientes periodicamente. Para os saldos apresentados não existem títulos em atraso, e tampouco riscos para provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

9. IMOBILIZADO

Abaixo se encontram demonstrados os saldos e a movimentação de imobilizado, bem como suas respectivas taxas de depreciação anual:

	Taxa média de depreciação a.a.	31.12.2022			31.12.2021		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	0,0%	194	(67)	127	194	(67)	127
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,0%	73.136	(26.833)	46.303	73.136	(26.120)	47.016
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2,0%	20.160	(7.804)	12.356	20.160	(7.461)	12.699
Máquinas e Equipamentos	3,8%	45.084	(17.578)	27.506	44.655	(16.794)	27.861
Linhas de transmissão	2,4%	281	(117)	164	281	(111)	170
Outros ativos	7,2%	338	(218)	120	325	(195)	130
Imobilizado em curso	-	696	-	696	1.088	-	1.088
Arrendamentos	49,2%	321	(217)	104	321	(108)	213
		<u>140.210</u>	<u>(52.834)</u>	<u>87.376</u>	<u>140.160</u>	<u>(50.856)</u>	<u>89.304</u>

	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Outros ativos	Imobilizado em curso	Arrendamentos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	127	47.448	12.967	28.488	176	154	592	46	89.998
Adições	-	-	-	-	-	-	569	321	890
Transferências	-	-	-	73	-	-	(73)	-	-
Depreciação	-	(432)	(268)	(700)	(6)	(24)	-	(108)	(1.538)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(46)	(46)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	127	47.016	12.699	27.861	170	130	1.088	213	89.304
Adições	-	-	-	-	-	-	46	-	46
Transferências	-	(1)	1	429	-	13	(442)	-	-
Depreciação	-	(712)	(344)	(784)	(6)	(23)	-	(109)	(1.978)
Baixas	-	-	-	-	-	-	4	-	4
Saldo em 31 de dezembro de 2022	127	46.303	12.356	27.506	164	120	696	104	87.376

10. INTANGÍVEL

Está representado pelos custos incorridos na obtenção da licença de operação, compensação ambiental, direito de extensão da concessão (GSF) e outros intangíveis cujo saldos e movimentação podem ser assim apresentados:

	Taxa média de depreciação a.a.	31.12.2022			31.12.2021		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de Softwares	18,80%	497	(436)	61	497	(345)	152
GSF	4,57%	10.439	(639)	9.800	10.439	(161)	10.278
Outros Intangíveis	1,34%	724	(252)	472	723	(244)	479
		<u>11.660</u>	<u>(1.327)</u>	<u>10.333</u>	<u>11.659</u>	<u>(750)</u>	<u>10.909</u>

	Direito de Softwares	GSF	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	244	-	754
Adições(*)	-	10.439	10.439
Amortização	(92)	(161)	(284)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	152	10.278	10.909
Amortização	(91)	(478)	(576)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	61	9.800	10.333

(*) As adições incorridas em 2021, representam a aderência às tratativas da repactuação do risco hidrológico previstas na Lei 14.052/2020, conforme mencionado na nota explicativa nº 5. A Companhia reconheceu o direito de extensão da concessão no montante de R\$10.439 no ativo intangível em contrapartida à rubrica de custos operacionais (Repactuação do risco hidrológico).

11. FORNECEDORES

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Fornecedores de mercadorias e serviços	252	1.462
Partes relacionadas	<u>-</u>	<u>1.446</u>
	<u>252</u>	<u>2.908</u>

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os tributos devidos sobre o lucro tributável foram apurados, consoante facultado pela Lei nº 9.718/98, observando o regime de lucro presumido, como a seguir demonstrado:

	<u>Imposto de Renda</u>		<u>Contribuição Social</u>	
	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Base de cálculo presumido	47.620	46.574	47.620	46.574
Presunção do lucro tributável - %	8%	8%	12%	12%
IRPJ e CSLL	3.810	3.726	5.714	5.589
Outras receitas	734	269	733	269
Base de Cálculo	4.544	3.995	6.447	5.858
Alíquotas aplicáveis - %	25%	25%	9%	9%
Total	<u>(1.136)</u>	<u>(999)</u>	<u>(580)</u>	<u>(527)</u>
Outros efeitos em tributos	22	157	16	117
Dedução adicional IRPJ	24	24	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(1.090)</u>	<u>(818)</u>	<u>(564)</u>	<u>(410)</u>

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o capital é de R\$ 60.617 e está representado por 26.761.700 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, distribuídas igualmente em 13.380.850 ações para a acionista Adami S.A. – Madeiras e 13.380.850 ações para a acionista Statkraft Energias Renováveis S.A.

b) Reserva de capital

Na conta de reserva de capital, a Companhia reconheceu o ágio na emissão de novas ações.

c) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Retenção de lucros

Constitui-se a reserva de lucro o saldo de lucros remanescente não distribuído no exercício em questão, cuja destinação fica a cargo da Assembleia de Acionistas.

d) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Em 2022 foram distribuídos R\$ 22.536 a título de dividendos adicionais conforme aprovação dos acionistas da Companhia.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Lucro líquido do exercício	9.225	25.110
Constituição da reserva legal	<u>(461)</u>	<u>(1.256)</u>
Base de cálculo	8.764	23.854
Dividendo mínimo estatutário - %	<u>25</u>	<u>25</u>
Dividendos propostos	2.191	5.964
Dividendos adicionais	<u>22.536</u>	<u>17.791</u>
Total de dividendos destinados no exercício	<u>24.727</u>	<u>23.755</u>
Dividendos propostos por ação - em R\$	0,082	0,223
Dividendos adicionais por ação - em R\$	<u>0,842</u>	<u>0,665</u>
	0,924	0,888

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta “Dividendos a pagar” pode ser assim demonstrada:

Em 01 de janeiro de 2021	<u>7.209</u>
Dividendos adicionais aprovados	17.791
Dividendos mínimos obrigatórios	5.964
Pagamentos realizados	(25.000)
Em 31 de dezembro de 2021	<u>5.964</u>
Dividendos adicionais aprovados	22.536
Dividendos mínimos obrigatórios	2.191
Pagamentos realizados	(28.500)
Em 31 de dezembro de 2022	<u>2.191</u>

14. PARTES RELACIONADAS

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Ativo Circulante		
Contas a receber		
Statkraft Comercialização de Energia S.A. (iii)	317	-
Statkraft Energia do Brasil Ltda (iii)	-	172
	<u>317</u>	<u>172</u>
Passivo circulante		
Fornecedores		
Statkraft Comercialização de Energia S.A. (ii)	274	-
Statkraft Energias Renováveis S.A. (i)	-	1.287
Statkraft Energia do Brasil Ltda (ii)	-	159
	<u>274</u>	<u>1.446</u>
Resultado		
Receita na venda de energia elétrica		
Statkraft Energia do Brasil Ltda (iii)	-	1.962
Statkraft Comercialização de Energia S.A. (iii)	3.727	-
	<u>3.727</u>	<u>1.962</u>
Custo da compra de energia elétrica		
Statkraft Energia do Brasil Ltda (ii)	-	(1.621)
Statkraft Comercialização de Energia S.A. (ii)	(3.221)	-
	<u>(3.221)</u>	<u>(1.621)</u>
Custo com serviços de partes relacionadas		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (iv)	(1.216)	(539)
Esmeralda S.A. (iv)	(13)	(77)
Santa Laura S.A. (iv)	(23)	(46)
	<u>(1.252)</u>	<u>(662)</u>
Despesas gerais e administrativas		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (i)	(411)	(485)
Esmeralda S.A. (i)	-	(16)
	<u>(411)</u>	<u>(501)</u>
	<u>(4.884)</u>	<u>(2.784)</u>

(i) Saldo composto por compartilhamento de custos administrativos.

(ii) Saldo composto por compra de energia.

(iii) Saldo composto por venda de energia.

(iv) Saldo composto por serviços tomados de operação e manutenção.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não efetuou pagamento a título de remuneração aos Administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

15. RECEITA LÍQUIDA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Receita bruta da prestação de serviços	4	34
Tributos sobre a prestação de serviços	-	1
	<u>4</u>	<u>35</u>
Receita bruta da venda de energia elétrica	47.330	44.231
PIS sobre a venda de energia elétrica	(301)	(262)
COFINS sobre a venda de energia elétrica	(1.391)	(1.209)
	<u>45.638</u>	<u>42.760</u>
	<u>45.642</u>	<u>42.795</u>

16. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Compra de energia	(5.295)	(19.966)
Repactuação do risco hidrológico	-	10.439
Depreciação e amortização	(2.554)	(1.822)
Serviços de terceiros	(67)	(116)
Serviços tomados de partes relacionadas	(1.250)	(662)
Encargos setoriais	(1.099)	(826)
Seguros	(450)	(329)
Salários e encargos sociais	(294)	(253)
	<u>(11.009)</u>	<u>(13.535)</u>

b) Despesas

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Serviços de terceiros	(897)	(832)
Serviços tomados de partes relacionadas	(411)	(501)
Viagens e estadias	(33)	(26)
Propaganda e publicidade	(3)	(125)
Impostos e taxas	(7)	(5)
Aluguel	(1)	(32)
Salários e encargos sociais	(80)	(69)
Outros	(101)	(84)
	<u>(1.533)</u>	<u>(1.674)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	733	269
Atualização monetária sobre contingências	-	790
	<u>733</u>	<u>1.059</u>
Despesas financeiras:		
IOF, juros e multas sobre tributos	(13)	-
Atualização monetária sobre contingências	(8)	-
Juros sobre arrendamentos	(8)	(20)
Outras despesas financeiras	(8)	(30)
	<u>(37)</u>	<u>(50)</u>
	<u>696</u>	<u>1.009</u>

18. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

A movimentação do saldo de contingências passivas consideradas prováveis pela Administração da Companhia ocorrida no exercício de 2022 ocorreu em razão do provisionamento de contingências Cíveis, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Processos fiscais	53	53
Processos cíveis	24.935	2.011
	<u>24.988</u>	<u>2.064</u>

A movimentação dos saldos provisionados pode ser assim apresentada:

Em 31 de dezembro de 2021	<u>2.064</u>
Adição	22.928
Reversão	(4)
Em 31 de dezembro de 2022	<u>24.988</u>

Contingências possíveis

Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados nesta nota explicativa. No encerramento do exercício de 2022 a companhia não apresentava nenhuma contingência com risco possível de perda.

Processos investigativos

- a) Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da sua controladora em conjunto Statkraft Energias Renováveis S.A. (SKER), em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária,

sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016. Em 15 de outubro de 2021, a SKER firmou um Acordo de Leniência com o poder público federal para um dos casos denunciados e realizou o pagamento de R\$18.019 em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft.

Em 10 de fevereiro de 2023, a Companhia firmou um Acordo de Leniência com o poder público do estado de Minas Gerais para um dos casos denunciados e realizou o pagamento de R\$22.928 em multas e ressarcimentos de vantagem indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft.

Como fruto dos acordos supracitados, a Companhia e sua controladora em conjunto SKER, implementarão melhorias em seus sistemas de conformidade, de forma a assegurar que as mesmas continuem a operar no país de acordo com os mais elevados padrões éticos, com tolerância zero a corrupção. No estágio atual, não é possível prever o resultado final para os casos remanescentes.

- b) A sua controladora em conjunto SKER e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF (“ANIPA”) que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a SKER, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

19. OUTROS RISCOS

a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo mesmo.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando o recebimento pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica efetivamente gerada.

Tendo em vista que o MRE está suscetível a déficit de energia (geração do MRE inferior a garantia física do MRE) foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou “Generation Scaling Factor – GSF” o qual reduz a garantia física de todas as usinas pertencentes ao MRE. Deste modo, as usinas precisam comprar energia no curto prazo, valorada ao PLD, para honrar seus contratos de fornecimento de energia.

Além do mais, é possível a saída e regresso do MRE (dentro dos prazos), onde as usinas não participantes destes mecanismos devem produzir mensalmente a garantia física alocada para o mês em questão.

b) Risco de não prorrogação da autorização

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica. Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada a Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

20. SEGUROS

A controladora em conjunto Statkraft Energias Renováveis S.A. contratou apólice de seguro de riscos operacionais e Responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência de 31 de março de 2022 a 31 de março de 2023.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 17 de fevereiro de 2023 a Companhia realizou o pagamento do Acordo de Leniência firmado com o poder público de Minas Gerais no montante de R\$ 24.073 conforme mencionado na nota explicativa nº 18.

Para suportar tal acordo, em 17 de fevereiro de 2023 a Companhia aumentou seu capital em R\$19.500 via aporte de capital provido por suas controladoras em conjunto Statkraft Energias Renováveis S.A. e Adami S.A. - Madeiras no montante de R\$ 9.750 de cada acionista.
